

ROTA DO PARÁ S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2024

ROTA DO PARÁ S.A.

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2024

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações do resultado intermediárias

Demonstrações do resultado abrangentes intermediárias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias

Demonstrações do fluxo de caixa intermediárias - método indireto

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rota do Pará S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rota do Pará S.A. ("Companhia"), referentes ao período findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem os balanços patrimoniais intermediários e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis e informações contábeis intermediárias comparativas do exercício e trimestre anteriores

As Informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações financeiras correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023, às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023. A revisão das Informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2023 apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e consequentemente não emitimos relatório de revisão sobre elas e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram conduzidos sob nossa responsabilidade, que emitimos relatório de auditoria com data de 26 de junho de 2024, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

ROTA DO PARÁ S.A.

CNPJ nº 51.715.500/0001-40

Balço patrimonial

Em 30 de setembro de 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023		Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	374.609.404	2.154.069	Fornecedores	10	2.278.785	111.656
Adiantamentos	6	12.339.737	-	Obrigações tributárias		185.029	2.762
Impostos a Recuperar		63.586	-	Obrigações trabalhistas		198.032	12.623
Despesas Antecipadas	7	1.894.585	-			2.661.846	127.042
		<u>388.907.312</u>	<u>2.154.069</u>				
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas	7	388.663	334.968	Debentures	11	400.000.000	-
Imobilizado em Andamento	8	23.458.815	158.756				
Intangível	9	16.560.643	16.546.601				
		<u>40.408.121</u>	<u>17.040.325</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital social		30.000.834	19.983.063
				Prejuízos acumulados		(915.710)	-
				Resultado do Exercício		(2.431.536)	(915.710)
					12	<u>26.653.587</u>	<u>19.067.353</u>
Total do ativo		<u><u>429.315.433</u></u>	<u><u>19.194.395</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>429.315.433</u></u>	<u><u>19.194.395</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.

CNPJ nº 51.715.500/0001-40

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 30 de setembro de 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	30/09/2024	30/09/2023
Receitas de serviços	-	-	-
(-) Dedução da receita	-	-	-
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Lucro Operacional		-	-
Despesas operacionais			
Despesa Operacional	13	(2.276.374)	(510.781)
Despesas Gerais	14	(1.342.957)	(2.700)
Resultado operacional		(3.619.331)	(513.480)
Despesas Financeira	15	(238.084)	(196)
Receita Financeira	15	1.425.879	615
Resultado financeiro		1.187.795	419
Provisão Contribuição Social e Impostos de Renda		-	(148)
Prejuízo do exercício		(2.431.536)	(513.209)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.

CNPJ nº 51.715.500/0001-40

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 30 de setembro de 2024 (Em Reais)

	30/09/2024	30/09/2023
Prejuízo do exercício	<u>(2.431.536)</u>	<u>(513.209)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.431.536)</u></u>	<u><u>(513.209)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.

CNPJ nº 51.715.500/0001-40

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	17.050.000	-	-	17.050.000
AFAC	-	2.933.063	-	2.933.063
Resultado do Período	-	-	(915.710)	(915.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.050.000	2.933.063	(915.710)	19.067.353
Integralização de Capital Social	10.017.771	-	-	10.017.771
AFAC	2.933.063	(2.933.063)	-	-
Resultado do Período	-	-	(2.431.536)	(2.431.536)
Saldos em 30 de setembro de 2024	30.000.834	-	(3.347.247)	26.653.587

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 30 de setembro de 2024 (Em Reais)

	30/09/2024	30/09/2023
Prejuízo do exercício	(2.431.536)	(513.209)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	-	-
Baixa de ativos	-	-
	(2.431.536)	(513.209)
Decréscimo/(acrécimo) nos ativos e (decrécimo)/acrécimo nos passivos operacionais		
Adiantamentos	(12.339.737)	-
Despesas antecipadas	(1.948.280)	(334.986)
Impostos a Recuperar	(63.586)	-
Fornecedores	2.167.129	280.370
Obrigações tributárias	182.267	91.555
Obrigações trabalhistas	185.409	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(14.248.335)	(476.270)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Imobilizado em Andamento	(23.300.059)	-
Aquisição de intangível	(14.042)	-
Direitos e Concessão	-	(16.546.601)
Integralização de capital	10.017.770	17.056.152
Emissão de debentures	400.000.000	-
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamento com terceiros	386.703.670	509.551
	372.455.335	33.281
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no início do exercício	2.154.069	-
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no final do exercício	374.609.404	33.281
	372.455.335	33.281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Rota do Pará S.A. é uma sociedade que tem por objeto social a Concessão de rodovia.

Está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 51.715.500/0001-40, com Inscrição de Registro de Companhias (NIRE) nº 15300021049 com data de abertura em agosto de 2023. A Companhia está sediada na Cidade de Belém (PA), sendo a matriz na sede à Travessa Quintino Bocaiuva, nº2.301, sala 1.702 - Cremação - Belém/PA.

Desde agosto de 2023, a Companhia mantém em fase pré-operacional, recebendo os aportes e buscando atender os pré-requisitos conforme definido no Contrato de Concessão.

As obras iniciaram em agosto de 2024 e o início da operação está prevista para janeiro de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2024 foram aprovadas, autorizadas e concluídas pela diretoria em 14 de novembro de 2024.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em vigor em 30 de setembro de 2023, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis Intermediárias. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias foram adotados os princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 da Companhia, aprovadas em 26 de junho de 2024.

Essas informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis acima mencionadas, para a melhor compreensão das informações apresentadas.

b) Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Políticas Contábeis Materiais

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia conforme deliberação CVM 763/16.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras são mantidas com o propósito de atender compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.3. Despesas antecipadas

As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

3.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "pro rata dia".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas (em anos) para os bens do ativo imobilizado são:

Descrição	Vida útil (anos)
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Outros	5 a 10

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas e das perspectivas de suas operacionalidades normais e manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada.

3.6. Direito de uso

O Direito de uso é composto pelo valor presente líquido dos valores a pagar pelo arrendamento financeiro de ativos, objetos do arrendamento, reconhecidos inicialmente em janeiro de 2019, de acordo com a norma IFRS 16/CP 06 (vide nota 4). O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

3.7. Intangível

No ativo intangível são classificados os gastos com aquisição de software e marcas e patentes registradas ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Contas a pagar fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

3.10. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$ 240 mil no ano, para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação na apuração do lucro real tributável.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As informações contábeis intermediárias requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas informações contábeis intermediárias. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024
- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
 - b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
 - c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
 - d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

5. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	30/09/2024	31/12/2023
Caixas e Bancos	4.714	10
Aplicações financeiras	374.604.690	2.154.059
	374.609.404	2.154.069

O montante de R\$ 374.609.404, registrados na Rubrica “Aplicações financeiras” é composto basicamente por aplicações em fundo de investimento de renda fixa, formado por títulos públicos federais, pré e pós fixados que apresentam liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Adiantamentos a Fornecedores

Descrição	30/09/2024	31/12/2023
LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S/A	599	-
JUNGLE SERVICOS LTDA	3.000	-
DANIEL CAIADO BRAGA 90383184215	14.014	-
COLINA PARTICIPACOES LTDA	5.000	-
ALEX TADEU COSTA IANNOTTI	3.000	-
GLEISON CARMOZINE	3.000	-
MGVIAS REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA.	3.000	-
COLINA PARTICIPACOES LTDA	5.000	-
ALEX TADEU COSTA IANNOTTI	17.500	-
GLEISON CARMOZINE	49.000	-
I. R. FUENTES	2.939.395	-
LOFT C LTDA	7.200	-
THIAGO DE MARCO PADULA	4.740	-
ITAU UNIBANCO	4.377.843	-
TAEC MODULOS	677.000	-
2KA CONSTRUÇÕES LTDA	2.311.227	-
JGC3K OBRAS VIARIAS LTDA	105.783	-
COMPSIS COMPUTADORES E SISTEMAS	1.813.437	-
	<u>12.339.737</u>	<u>-</u>

Os valores adiantados dos fornecedores estão de acordo com os contratos firmados.

7. Despesas antecipadas

	30/09/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	2.229.554	334.968
Cauções	53.695	-
	<u>2.283.249</u>	<u>334.968</u>
Circulante	1.894.585	-
Não Circulante	388.663	334.968

O saldo é representado se refere a apólice de seguros da Cia Pottencial Seguradora com início de vigência agosto/2026 a agosto/2027 e Tokio Marine Seguradora com início de vigência julho/2024 a julho/2025.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado em Andamento

O ativo imobilizado em Andamento da Companhia em 30 de setembro de 2024, é representado por R\$ 23.382.125 todos de serviços de engenharia e geólogos e estudos técnicos em rodovias de grande porte e capitalização de despesas das debentures emitidas com a finalidade de desenvolvimento dos ativos.

Descrição	Taxa	30/09/2024	31/12/2023
Computadores	20%	79.198	-
Depreciação de computadores		(2.508)	-
Mobilizado em andamento	0%-	23.382.125	158.756
		<u>23.458.815</u>	<u>158.756</u>

9. Intangível

O montante de R\$ 16.546.601 registrados como intangível referem-se aos gastos com o custo de participação do Leilão mais o custo de Outorga conforme previsto no Contrato de Concessão e R\$16.530.085 referente os custos financeiros e consultorias para obtenção das Debentures.

Descrição	30/09/2024	31/12/2023
Investimento em Infraestrutura e Estudo de Concessão	6.100.000	6.100.000
Outorga	10.446.601	10.446.601
Licença Software	14.042	-
	<u>16.560.643</u>	<u>16.546.601</u>

Descrição	30/09/2024	31/12/2023
Investimento em Infraestrutura e Estudo de Concessão	6.100.000	6.100.000
Outorga	10.446.601	10.446.601
Licença Software	14.042	-
	<u>16.560.643</u>	<u>16.546.601</u>

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
POTTENCIAL SEGURADORA S.A.	279.140	-
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.	1.132.060	-
JGC3K OBRAS VIARIAS LTDA.	133.770	-
AXA SEGUROS S.A.	42.264	-
ENSEG SERVICOS PRE-HOSPITALARES LTDA.	149.654	-
PMC ENGENHARIA LTDA	66.333	-
MGVIAS REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA.	28.222	-
COLINA PARTICIPACOES LTDA.	56.310	-
VITAJ INCORPORADORA LTDA.	40.850	-
MHAGGE CONSULTORIA EM GESTAO LTDA.	43.000	-
VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS	72.391	-
BORGES E VALENTIM SOCIEDADE DE ADVOGADOS	50.714	-
OUTROS FORNECEDORES	184.075	111.656
	<u>2.278.785</u>	<u>111.656</u>

11. Debentures

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Debentures	400.000.000	-
	<u>400.000.000</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Classificação da emissão	Não conversíveis em ações
Data da emissão	15 de agosto de 2024
Data final da liquidação	15 de dezembro de 2034
Quantidade	400.000
Valor total da emissão	R\$400.000.000,00
Espécie	As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional
Forma	As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador
Remuneração	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros a serem definidos no Procedimento de Bookbuilding, correspondentes a, no máximo, o maior entre: (i) 8,20% ao ano (ii) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais com vencimento em 15 de agosto de 2032, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA
Pagamento da remuneração mensal	Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2024, e os demais pagamentos ocorrerão sucessivamente, nos dias 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures
Pagamento do principal	O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2029, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures
Garantias	(i) Alienação Fiduciária de Ações (ii) Cessão Fiduciária de Direitos: todos os direitos creditórios, presentes e futuros, relacionados à e/ou emergentes da exploração direta ou indireta da Concessão
Obrigações adicionais - índices financeiros	o PL/AT esteja maior ou igual a 25%, conforme apurado com base nos valores relativos aos últimos 12 (doze) meses constantes das demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor independente registrado na CVM. Para fins desta Escritura de Emissão

As debêntures estão classificadas nas informações contábeis intermediárias pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos.

As debêntures estão sujeitas a vencimento antecipado mediante a ocorrência de eventos específicos, detalhados em contratos, ligados diretamente à insolvência econômica da Companhia e sua controladora, comprovação de atos ilícitos ou inadimplemento de obrigações assumidas. Em 30 de setembro de 2024, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Capital social em 30 de setembro de 2024 é de R\$30.001.111,40 divididos em 3.000.111.140 cotas no valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, totalmente subscrito e integralizado.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui um saldo de R\$ 277,00 a integralizar no capital social, conforme compromisso firmado pelos acionistas, Totalizando um capital social Integralizado de R\$ 30.000.834

Acionistas	Quantidade de quotas	Participação
OCI Investimentos Ltda.	750.027.785	25%
Conata Engenharia S.A.	750.027.785	25%
Infracon Engenharia e Comercio Ltda.	750.027.785	25%
Vetor Participações e Concessões Ltda.	750.027.785	25%
Total de ações	<u>3.000.111.140</u>	<u>100%</u>

13. Custos

	30/09/2024	31/09/2023
Mão de Obra	(639.023)	-
Material	(30.507)	-
Serviços	(1.500.138)	(510.781)
Aluguéis	(106.706)	-
	<u>(2.276.374)</u>	<u>(510.781)</u>

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas gerais e administrativas

O montante de R\$ 1.342.957 registrados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, referem-se basicamente a gastos com advogados, consultores administrativos de viagem, transporte, serviço de informática, além de outros gastos não ligados diretamente a operação da Companhia.

	30/09/2024	31/12/2023
Impostos	(190.386)	-
Serviços Terceiros	(464.418)	(2.450)
Serviços Pessoa Jurídica	(626.124)	-
Outras Despesas	(62.028)	(250)
	<u>(1.342.957)</u>	<u>(2.700)</u>

15. Resultado financeiro, líquido

	30/09/2024	31/12/2023
Despesas Bancárias	(11.930)	(76)
Juros empréstimos bancários e Terceiros	(32.953)	-
IOF	(126.898)	(120)
Impostos Financeiros	(66.303)	-
	<u>(238.084)</u>	<u>(196)</u>
Receita de aplicação financeira	1.425.879	615
	<u>1.425.879</u>	<u>615</u>
Total Resultado Financeiro	<u>1.187.795</u>	<u>(419)</u>

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados pelo Lucro Real conforme legislação em vigor, Lei nº 12.973/2014 que põe fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), previsto na Lei nº 11.941/09 que passa a adotar uma contabilidade societária (para atender as NBC TGs) e uma contabilidade fiscal (para atender a legislação do IR/CSLL).

O cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A Companhia está apresentando prejuízo fiscal no atual exercício, conseqüentemente não há IRPJ e CSLL.

17. Remuneração dos administradores

Em 30 de setembro de 2024, a remuneração total dos principais executivos da Companhia, especificamente do Diretor Executivo (CEO) e do Diretor Financeiro (CFO), alcançou o montante de R\$ 308.000,00. No exercício de 2023, a empresa encontrava-se ainda em fase pré-operacional, sendo sua administração conduzida pelos próprios controladores.

18. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazemos critérios para a contabilização de *empréstimos/financiamentos*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 30 de setembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, são representados pelos saldos demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos e debentures.

a) Análise dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Reconhecimento e Mensuração), CPC 39 - Instrumentos Financeiros (Apresentação) e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros (Evidenciação).

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;
- (ii) Empréstimos e financiamentos - São classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias e do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 30 de setembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 30 de setembro de 2024 foram definidos os cenários prováveis com taxas vigentes em 2024 e a partir deste, calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário:

Operação	Risco	Cenário		
		Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debentures	CDI	2.658	3.323	3.987
		6.315	7.895	9.473
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,65%	15,81%	18,98%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,55%	8,19%	9,83%

Análise de riscos

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo, com efeito diretamente relacionado no valor do asfalto, pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

Risco de taxas de juros e inflação

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a Empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de Notas Promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos líquidos de caixa e equivalentes de caixa:

	30/09/2024	31/12/2023
Dívidas totais-debêntures	400.000.000	-
(-) Caixas e equivalentes de caixa	(374.609.404)	(2.154.069)
Dívida Líquida	25.390.596	(2.154.069)
Patrimônio líquido	26.653.587	19.067.353
Total do capital	<u>52.044.183</u>	<u>16.913.284</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>48,8%</u>	<u>-12,7%</u>

19. Passivos contingentes.

Até a data de 30 de setembro de 2024 a companhia não possui passivos contingentes ou processos de perda provável, que exijam a provisão contábil, tanto quanto possíveis que necessitem sua divulgação.

20. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as informações contábeis intermediárias, bem como as operações da Companhia.